



Cadeia produtiva precisa se posicionar sobre a importação de café

Em meio à postura contrária da produção e aos altos custos das indústrias, País precisa definir seu planejamento em um mercado (importação entre produtores) que já responde por 10 milhões de sacas ao ano

Paulo A. C. Kawasaki

A importação voltou à pauta da cadeia produtiva do café em 2015. Inicialmente, em abril, quando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a Instrução Normativa no 6, que aprovou requisitos fitossanitários para a aquisição do grão arábica verde do Peru. Na sequência, em maio, quando, após atuação dos representantes dos produtores, o Departamento de Sanidade Vegetal da Pasta suspendeu a importação até a apresentação, por parte da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária peruana, de um plano de trabalho para ser aprovado pelo Mapa.

Vista essa divergência, o deputado federal Evair de Melo (PV/ES) apresentou o Requerimento no 74/2015, que culminou, no dia 3 de setembro, em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câ-

mara Federal. O encontro foi uma reunião preparatória em que os setores apresentaram suas considerações a respeito do assunto, mas ficou nítido que ainda é necessário entrar de fato na discussão para saber quais medidas devem ser tomadas a respeito da importação de café por parte do Brasil.

Os cafeicultores demonstraram que estão dispostos a conversar, mas apresentaram uma resistência natural fundamentada nos riscos sanitários que o produto de outras origens poderá trazer, além de argumentarem que a oferta interna é suficiente e qualitativa para atender à demanda. “Houve uma falsa expectativa de que o Brasil precisa importar café para melhorar a qualidade do produto nacional. Isso foi um equívoco de interpretação técnica que não aceitaremos em hipótese alguma. Precisamos trabalhar a marca e o conceito dos Cafés do Brasil,

mas entendemos que não precisamos de outra origem para que possamos abrir mercado”, destacou o deputado.

Segundo ele, o café do Brasil, mais do que uma *commodity*, é um produto com conceito, tradições e valores, sendo uma marca da nação. “Nenhum grande país com produto que possui sua identidade importa matéria prima. O Chile não compra uva para fazer vinho, a França não importa leite para fazer queijo, Portugal e Espanha não importam oliva para fazer azeite, então não há porque importarmos café para melhorar a nossa qualidade”, comparou. Melo completou dizendo que o Brasil precisa fortalecer suas origens e ter qualidade para ofertar e agradar a todos os consumidores.

Ao recordar de tentativas individuais, anteriores e sem debates prévios, o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), deputado Silas Brasi-



Pedro Guimarães, Dep.Silas Brasileiro, Dep.Evair de Melo, Nathan Herszkowicz e Guilherme Braga

leiro (PMDB/MG), destacou o trabalho realizado para frear a importação não consensual, principalmente considerando a inexistência de análises de pragas quarentenárias, não incluídas nas origens produtoras desse café, o que possibilitou que a decisão fosse revertida.

Brasileiro entende a necessidade de debate a respeito do tema e disse que o CNC não cria objeção às discussões. “Por outro lado, não concordamos com medidas que sejam adotadas sem consultas prévias ao setor, haja vista que uma ação que vise a algo positivo, como a agregação de valor, poderá ter impactos reversos e gerar prejuízos econômicos aos cafeicultores”, ponderou.

O presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Breno Mesquita, destacou que a produção cafeeira é exemplar no Brasil, com suas legislações ambiental e social rígidas e corretas, mas recordou que isso tem um preço, que é a elevação dos custos de produção frente aos concorrentes. Com base nessa informação, ressaltou que não há porque

importar café verde de outras origens, como se tentou com o produto do Peru. “Não houve discussão com o setor. Além disso, os peruanos não são membros da Organização Internacional do Café (OIC), o que gera falta de transparência em relação às práticas adotadas no cultivo e aos números apresentados; o narcotráfico ajuda a financiar a cafeicultura, reduzindo seu custo de produção; e, com apoio do governo, pratica-se o esgotamento natural das florestas, sob a justificativa de se destacar a produção ‘orgânica’. Portanto, fomos terminantemente contrários, haja vista que não há legislação ambiental e muito menos trabalhista na produção do Peru, onde também existem trabalhos infantil e escravo”, completou.

Historicamente visto como demandador da importação de café, o setor de solúvel transmitiu que sua pior dificuldade também são os custos de produção mais caros e a perda de competitividade frente às indústrias concorrentes de outros países, mas que a importação seria o último desejo

para sanar esse desequilíbrio. “A indústria de solúvel foi vista como grande interessada, tendo-se a ideia de que queríamos importar por paixão. Não temos interesse em importar, pois é mais barato termos acesso à matéria prima brasileira”, explicou Pedro Guimarães Fernandez, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics).

Ele pontuou que os industriais desejam condições que permitam isonomia em relação aos principais concorrentes, como as indústrias de Vietnã, México, Indonésia e Índia, por exemplo. “Queremos comprar o café verde do Brasil nos mesmos preços que nossos competidores adquirem em nível global, visto que já sofremos com ICMS e barreiras tarifárias que eles não enfrentam”, revelou. Fernandez concluiu: “importar é o desejo apenas se não tivermos uma política de equalização de preço com os competidores internacionais e permanecermos taxados no acesso a mercados”.

É válido recordar que a indústria de solúvel tem seu foco

voltado ao mercado externo, com cerca de 90% de sua produção exportada. A esse respeito, o setor apresentou preocupação sobre possíveis momentos de dificuldades em meio a quebras de safra do café conilon no Brasil, fato que encareceria a matéria prima, reduziria a rentabilidade e fragilizaria ainda mais o setor frente aos concorrentes internacionais.

Uma terceira vertente a respeito da importação de café foi apresentada pelo diretor geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé), Guilherme Braga. Segundo ele, em 2012, consolidou-se o mercado de compra entre países produtores, que, atualmente, exerce uma demanda regular anual de 10 milhões de sacas. “Esse é um nicho de grande importância e que não podemos negligenciar”, alertou.

Ele informou que grandes produtores, como Colômbia e México, voltam seus olhos ao consumo interno e recorrem a outras origens para obter cafés que não produzem ou mesmo para suprir uma virtual queda de produção. Além disso, ainda que optem por ofertar toda a sua produção no mercado externo, não deixam de garantir o seu consumo ao importarem café de

outras nações, como Equador e Peru, por exemplo.

Segundo a OIC, o consumo mundial está em 149 milhões de sacas, crescendo a uma média de 2,3% ao ano. Nesse contexto, Braga revelou que o crescimento em países tradicionais foi de 1,5% entre 2011 e 2014; nos emergentes, chegou a 4,9%; e, nos produtores, a 2,5% nesse intervalo. Mas, no Brasil, foi de apenas 1,03%, por isso o diretor considera que devemos ter atenção em relação à importação entre nações cafeeiras.

“O consumo nos países produtores é composto por 12,7% de cafés importados de outras origens, 3,3% do produto beneficiado dos países importadores e 84% da produção própria. Precisamos observar se esse mercado de importação entre produtores continuará em aproximadamente 10 milhões de sacas e pensar em como reposicionar o Brasil nesse contexto”, orientou.

Por sua vez, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, André Nassar, que participou da audiência representando a ministra Kátia Abreu, explicou que o trabalho da Pasta é abrir mercado e ponderou que, para tal, é necessá-

rio oferecer o nosso mercado. “Há a visão, no Mapa, que, diante de algumas medidas, precisaremos ceder contrapartidas, mas ainda não há nada concreto a esse respeito. Não vejo como problema ou risco econômico para os produtores a importação, mas concordo em gênero, número e grau que não devemos ser pegos de surpresa por esse fato, pois temos fóruns para debater o tema, como o CDPC”, concluiu.

Em meio à postura contrária e defensiva da produção, à sinalização da indústria de nível de que a importação seria sua última instância e à espera de definições do setor que o governo sinalizou, o que não se pode deixar de considerar é o cenário consolidado desde 2012 de importação entre países produtores e, nesse contexto, o Brasil, como principal *player* do mercado mundial, precisa sair das discussões preparatórias e iniciar, de fato, um trabalho a respeito da importação de café ou adotar sua postura negativa com relação à aquisição. O que não é mais compreensível é não termos uma postura sobre uma fatia de mercado que ganha representatividade e já responde por 10 milhões de sacas. ☺

André Nassar, MAPA

